



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Povos originários em contexto urbano: paisagem em devir

Juliana Lang Pádua

Faculdade de Arquitetura (UFRGS)

Daniele Caron

Faculdade de Arquitetura (UFRGS)

ST-13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. Esta escrita busca articular a ideia de paisagem como habitar dos povos originários em contexto urbano. Para tanto, organiza-se o trabalho em três atos; o primeiro busca articular distintos conceitos de paisagem a partir de suas dimensões políticas, pedagógicas e discursivas; analisar a paisagem contemporânea como expressão do capital financeirizado, e também a criação de paisagens possíveis nas brechas do sistema colonialista e patriarcal. O segundo ato produz um mapeamento de teses e dissertações para abarcar uma revisão sistemática de literatura no campo da arquitetura e do planejamento urbano a partir de trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O terceiro ato busca fazer emergir uma problemática de pesquisa sobre a qual trabalhar em uma investigação doutoral, relacionando aspectos da paisagem aos mapeios de pesquisas, visando produzir um trabalho que se comprometa com o apoio às lutas dos povos originários. Um pouco do que se apreende na investigação é a necessidade de compreender as paisagens originárias urbanas enquanto paisagens em processo, em devir, nas cidades da contemporaneidade, nas quais a valorização da ancestralidade é um fator chave para produzir o futuro de Abya Yala¹.

Palavras-chave. Paisagem; Indígenas; Povos Originários; Cidades; Contexto Urbano.

Native people in urban context: landscape in becoming

Abstract. This paper seeks to articulate the idea of landscape as the dwelling of native people in an urban context. To this end, the work is organized in three acts; the first seeks to articulate different concepts of landscape from its political, pedagogical and discursive dimensions; to analyze the contemporary landscape as an expression of the financialized capital, and also the creation of possible landscapes in the gaps of the colonialist and patriarchal system. The second act produces a mapping of theses and dissertations to encompass a systematic literature review in the field of architecture and urban planning from the works available in CAPES's Theses and Dissertations Catalog. The third act seeks to bring out a research problematic on which to work in a doctoral investigation, relating aspects of the landscape to research mappings, aiming to produce a work that is committed to supporting the struggles of the native people. Some of what is apprehended in the investigation is the need to understand the urban originating landscapes as landscapes in process, in becoming, in the cities of contemporaneity, in which the valorization of ancestry is a key factor to produce the future of Abya Yala.

Keywords: Landscape; Indigenous; Native People; Cities; Urban Context.

Pueblos originarios en un contexto urbano: paisaje en flujo

Resumen. Este documento trata de articular la idea de paisaje como morada de los pueblos originarios en un contexto urbano. Para ello, el trabajo se organiza en tres actos; el primero busca articular diferentes conceptos de paisaje desde sus dimensiones políticas, pedagógicas y discursivas; analizar el paisaje contemporáneo como expresión del capital financiarizado, y también la creación de paisajes posibles en los vacíos del sistema colonialista y patriarcal. El segundo acto elabora una cartografía de tesis y tesinas para abarcar una revisión bibliográfica sistemática en el ámbito de la arquitectura y el urbanismo a partir de las obras disponibles en el Catálogo de tesis y tesinas de CAPES. El tercer acto busca hacer emerger una problemática de investigación sobre la cual trabajar en una investigación doctoral, relacionando aspectos del paisaje con los mapeos de investigación, buscando producir un trabajo que se

comprometa a apoyar las luchas de los pueblos originarios. Algo de lo que se aprehende en este trabajo es la necesidad de entender los paisajes urbanos originales como paisajes en proceso, en devenir, en las ciudades de la contemporaneidad, en las que la valorización de la ancestralidad es un factor clave para producir el futuro de Abya Yala.

Palabras clave: Paisaje; Indígenas; Pueblos Originarios; Ciudades; Contexto Urbano.

1. Introdução

Há tempos o conceito de paisagem nos oferece uma abertura para a leitura das cidades. É na paisagem onde se expressam as subjetividades que fundam mais do que a visão, mas o sentido de mundo que constituímos e que nos constitui. Entretanto, como nos alerta Augustin Berque (2009), o pensamento sobre a paisagem veio muito depois da própria paisagem, e, paradoxalmente, quanto mais intelectualizamos o conceito em suas infinitas dobras possíveis, mais paisagens são cotidianamente destruídas pelas forças do capital. Há uma dimensão política em jogo na paisagem, um chamamento do habitar a terra que insiste não só como lembrança e testemunho das práticas e corporalidades humanas e não humanas, mas como engajamento, implicação, co-habitação (INGOLD, 2021).

As cidades vêm sendo lidas majoritariamente a partir de um conhecimento que releva e celebra o *modus operandi* eurocêntrico que modela e modula nosso saber-fazer urbano latino-americano. Entretanto, é necessário acolher as temporalidades da paisagem que nos dizem de outros ciclos – planetários, geológicos – e sobre outros modos de habitar – povos originários e afrodescendentes, aproximando-nos de suas práticas e corporalidades que, ou nunca foram assumidas em práticas projetuais, ou foram deliberadamente apagadas pelos próprios instrumentos da arquitetura e do urbanismo. É necessário, ainda, reconhecer o modo como nossos territórios são tomados e movidos pelo capital financeirizado, e o quanto a produção das paisagens urbanas está atrelada às forças geopolíticas que operam pela espoliação dos nossos recursos, sejam eles naturais, culturais ou a própria pulsação da vida. A paisagem é aqui convocada em sua corporeidade, como possibilidade de leitura implicada com a cidade, com os seres e suas relações.

Somos duas mulheres, uma branca e outra mestiça, em processo de cooperação com lutas dos povos que historicamente foram apartados do seu direito à existência, por apagamentos que apesar de históricos seguem sendo atualizados pelas políticas urbanas. Movidas pela prática investigativa dessa dimensão política da paisagem, e engajadas em processos de pesquisa, ensino e extensão que envolvem a produção do espaço urbano pelos povos indígenas, sobretudo na cidade de Porto Alegre, passamos a nos perguntar sobre como a temática dos povos originários vem sendo constituída na área de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano no Brasil, e se essas pesquisas abordam questões vinculadas à paisagem. Não como modo de verificação de uma certa lacuna sobre o tema, mas como mapeio de pensamentos, contextos e dimensões que certamente já vieram à tona nas pesquisas de colegas envolvidos, e que podem se costurar às nossas indagações.

Esta escrita em co-labor busca, portanto, articular a ideia de paisagem como habitar (INGOLD, 2021) à temáticas dos povos indígenas em contextos urbanos, e se faz em 3 atos: um primeiro que diz de uma problematização da paisagem em sua dimensão política, pedagógica, discursiva; um segundo que traz uma revisão sistemática de diversas pesquisas realizadas na área da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano em universidades brasileiras, na qual se busca levantar questões vinculadas à paisagem; e um terceiro em que convocamos possibilidades de engajamento com a paisagem que reivindicam nossa implicação como pesquisadoras na descolonização do saber urbano.

No primeiro ato buscamos problematizar a paisagem contemporânea como expressão do capital financeirizado, ora configurando paisagens elitizadas, ora precarizadas. A partir disso, discutimos a dimensão narrativa e política da paisagem, atentando aos aspectos da subjetividade em jogo, resgatando a importância de contar outras histórias, sobretudo as histórias não contadas, ou deliberadamente apagadas pelo poder hegemônico branco, racista, colonial e eurocêntrico. Com Anna Tsing seguimos a problematizar a paisagem, suas ruínas e sua excessiva humanização, nos apropriando de certa consciência antropocênica com a qual nos vemos diante de uma *responsability* (HARAWAY, 1995) com a paisagem, com todos os seres e escalas que dela participam. Com Tim Ingold (2021) pensamos a paisagem como habitar, como corporificação das nossas atividades interrelacionadas em um tempo social, a temporalidade da paisagem como emaranhado de ritmos, a paisagem como implicação e engajamento. Nessa costura buscamos pistas para uma dimensão política da paisagem, sua potência para leitura das cidades, e para um engajamento efetivo com as lutas indígenas em contextos urbanos.

Para tanto, no segundo ato mergulhamos no mapeio das pesquisas operando uma revisão sistemática da literatura produzida a partir dos dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram utilizadas as palavras-chave “indígenas”, “povos indígenas” e “povos originários” para buscar as teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo. Com o resultado de 37 unidades, utilizamos o resumo das pesquisas para fazer um novo recorte, definido pelo interesse destas pesquisas na relação entre povos indígenas e contextos urbanos, chegando a 11 trabalhos, dos quais 8 são dissertações de mestrado e 3 são teses de doutorado.

Em relação às teses, podemos citar: *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*, de Wellington Cançado, defendida no NPGAU-UFMG em 2019; *Tudo o que era ar se desmancha no capital: formas de urbanização extensiva na Terra Indígena Rio Gregório do Estado do Acre*, de Maria Perez, defendida no IPPUR em 2018; *Espaço, memória e permanência na cidade contemporânea: o adro jesuítico*, de Tamara Roman, defendida no PPGAU-FAU-Mackenzie, em 2017. Dentre as dissertações, temos: *A invisibilização das comunidades indígenas no Plano Diretor do município de Palhoça (SC): o território Guarani e a macrozona turística*, de Fernanda Cerqueira, defendida no PPGPLAN da UDESC, em 2021; *Retomar a terra: como ser indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, de Thiago Campos, defendida no NPGAU-UFMG, em 2019; *Rua da consolação: caminho indígena; rua; artéria urbana (1554-1972)*, de Artur Bernardes, defendida no PPGAU-FAU-Mackenzie, em 2019; *Território e Conflito: comunidade indígena do Pico do Jaraguá-SP*, de Robson Oliveira, defendida no PPG em PUR da UNIVAP em 2019; *Cultura Entrelaçada na Cidade: entre a (re)existência, o reconhecimento, e a legitimidade da presença indígena em Florianópolis*, de Moema Parode, defendida no PósARQ da UFSC em 2018; *Os Silenciados Quilombolas e Indígenas na Formação de Caconde: território como testemunha do esquecimento*, de Marjorie Faria, defendida no PPGPGT da UFABC, em 2018; *Espaço Andino: Chipaya, uma lógica ancestral de conformação de espaço*, de Julio Villaroel, defendida no PPG-FAU, na UnB, em 2008; *A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missionária*, de Luiz Custódio, defendida no PROPUR em 2002.

A organização e costura destas experiências de pesquisas dispõe inicialmente aquelas que abarcam a vida indígena como algo do passado, atrelada aos processos de colonização dos povos originários, que não necessariamente se articulam às problemáticas urbanas atuais e contemporâneas. A seguir, dispomos as pesquisas que, mais recentemente, buscam modos de romper com a estigmatização do indígena em contexto urbano, trazendo a temática para a leitura de processos intrinsecamente vinculados à contemporaneidade. Importante destacar aqui que este mapeio não se pretende totalizador, ao mesmo tempo em que reconhece que certamente haveria um número maior de pesquisas com povos indígenas e cidades caso tivéssemos contemplado outras áreas do conhecimento como ciências sociais, geografia, história, etc. Entretanto, nos parece importante também oferecer uma noção sobre a temática dentro dos

campos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, visibilizando a demanda que há em nos debruçarmos sobre estas corporalidades, narrativas, teorias e cosmovisões convocadas a partir de epistemologias indígenas.

No terceiro ato objetivamos fazer emergir uma problemática de pesquisa sobre a qual trabalhar em uma investigação doutoral. Retomamos aspectos da paisagem discutidos no primeiro ato e os relacionamos ao mapeio das pesquisas, nos arriscando em devaneios que buscam dar sentido a uma pesquisa com essa temática, que mantenha o compromisso ético-político do pesquisar-com povos indígenas e que como diz Linda Smith, comece a “tratar de questões sociais no âmbito de um quadro mais amplo de autodeterminação, descolonização e justiça social” (p. 15, 2018).

2. Paisagem: problematizar, habitar, engajar-se

Partimos da ideia de que a paisagem conta uma história, não como ato de lembrança, mas como um co-habitar em um ambiente repleto de passado (INGOLD, 2021). A paisagem é engendrada na experiência viva e complexa dos sujeitos e coletividades, na relação cotidiana com seu entorno. A paisagem é processo, é marca e é matriz na medida em que expressa concretamente um modo de vida, e este modo de vida é pautado por essa expressão. Se a paisagem é, portanto, este enlace, quando a expressão/marca do modo de vida é dirigida por um regime que opera de modo opressivo ditando modos e velocidades, prioridades e valores, a dimensão da matriz é também afetada.

Atualmente, estamos diante de paisagens urbanas edificadas a partir de apagamentos importantes, que terminam por borrar referências dos povos originários que poderiam determinar uma outra conduta com o planeta. Assistimos à proliferação de paisagens que, por um lado, refletem a homogeneidade e espetacularização do capital financeirizado; e por outro, a precariedade das sobrevivências urbanas em áreas pouco ou nada atendidas por políticas de cuidado com a vida. De modo geral, a paisagem parece ter perdido o fio lógico de uma linguagem vinculada aos ritmos do corpo e das comunidades, passando a contar uma história que diz de alguns, em detrimento de outros.

Ursula Le Guin em seu texto “A teoria da bolsa de ficção” (2021), conta que a história da humanidade é baseada no mito do herói, e seus objetos mortíferos de dominação, na qual podemos reconhecer variadas exclusões. A autora faz um contraponto à história fálica do herói, com todos seus utensílios para subjugar e matar outras espécies, e nos oferece o pote, ou o ancestral *sling*, como primeiro objeto humano que serviu para guardar e transportar, formulando a ideia de ser este o primeiro dispositivo cultural humano. Le Guin fala da importância de contar outras histórias, as histórias não contadas, a história da vida, convocando-nos a fazê-lo com urgência, acionando contrapontos à História baseada em um ponto de vista patriarcal e eurocêntrico, e no nosso caso, também colonialista.

Se a paisagem conta uma história, então temos que colocar em evidência quais forças e intensidades participam de sua invenção. É na modulação do desejo que operam as transformações da paisagem na contemporaneidade, constituindo-se uma matriz de percepção intimamente vinculada aos interesses do regime capitalista em sua versão atual. Assistimos a construção de paisagens pautadas pelo mundo financeirizado, e que vem gradativamente corroendo territórios urbanos. As paisagens da espetacularização provocam uma série de remoções forçadas de populações que vivem em condições ambientais, sociais e urbanas de extrema vulnerabilidade. E não só. O modo como o capital global se impõe enquanto paisagem, enquanto ideal de vida urbana, desenhado e moldado por décadas de urbanismo marcadamente europeu, atua em sua matriz através de “operações de des-re-territorialização em sua imposição colonialista nos países da periferia do capitalismo” (Rolnik, 2019, p.27).

Como nos explica Suely Rolnik, na nova dobra do capitalismo globalitário financeirizado, se produz uma subjetividade flexível que ao invés de conduzir à promessa de liberdade e expansão da vida, opera um desvio do desejo que gera modos de existir dos quais é livremente extraído o capital econômico, político e cultural (2019, p. 78). A paisagem urbana configurada pelo regime capitalista atual termina pautada por esta subjetividade flexível, acolhendo imagens e narrativas que nada dizem das histórias urbanas que acontecem mais além do espaço planejado, normatizado e prescritivo. Narrativas coordenadas pelos ideais de consumo dos espaços, dos tempos, dos corpos e das memórias.

Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre as paisagens precárias, devastadas ou arruinadas como Anna Tsing (2018) as denomina, no contraponto das paisagens funcionais, elitizadas e normatizadas, encontramos modos de sobrevivência que dialogam intimamente com a geopolítica responsável pela sua produção. Tsing vai tratar a atuação das corporações multinacionais como geradoras de uma economia oportunista, onde diversos grupos sociais são levados a sobreviver encontrando brechas de sustento nas ruínas. Através da apresentação de quatro cenários distintos – o aço verde da China, as ruínas da indústria florestal dos Estados Unidos, as geleiras da Finlândia e os jardins da nostalgia do Japão – a autora demonstra a transformação da paisagem a partir da articulação das vidas e do capital em torno da coleta de cogumelos *matsutakes* pensando-as como junção de histórias humanas e não humanas de perturbação radical. Essa perspectiva que nos oferece Anna Tsing serve para problematizar a escala geopolítica das paisagens da renda de Raquel Rolnik (2019), para refletir como o poder das corporações pode alterar significativamente uma paisagem, e como a população local que faz mundo a partir dos seus ritmos entrelaça suas histórias de vida a esse jogo político para sobreviver, buscando e constituindo um habitar a partir dos recursos disponíveis em meio às ruínas do capital.

Algo discutido por Anna Tsing (2018) e que nos interessa aqui, é o quanto estas histórias de sobrevivências de grupos sociais vulnerabilizados associados à emergência dos cogumelos *matsutake* em áreas ambientalmente devastadas, são também apropriadas pelas *commodities*, que decodificam o *matsutake* pelo seu valor de troca, eliminando de seus traços as narrativas cotidianas da coleta, o trabalho implicado, o meio ambiente. Tsing opera uma denúncia do quanto estes cogumelos são divorciados de suas histórias, visibilizando a amoralidade das *commodities*.

Desde essa perspectiva, é preciso desencadear movimentos que não só autorizem as narrativas cotidianas que sobrevivem na margem da paisagem financeirizada, mas que instaurem modos de existência. Peter Pal Pelbart nos explica essa expressão a partir dos estudos de Étienne Souriau, como operação que diz respeito a “responder” a um apelo, a dar testemunho de modos de existência, que prescindem de nós para se desdobrar em sua potência e autonomia (2019, p. 226). Contar as histórias de sobrevivências com base na coleta dos cogumelos *matsutakes* pode dar passagem às narrativas que animam estas frestas de paisagens arruinadas pelo capital, deslocando os sentidos de uma paisagem homogênea para acolher “existências liminares que ganham visibilidade, consistência, autonomia, legitimidade, luminosidade, intensidade” (ibidem). Nos interessa pensar histórias abertas da paisagem, onde podemos dar a ver, também, o modo como o capital se apropria da vida. E o modo como a vida irrompe nas frestas do regime capitalista e convoca o que Anna Tsing chama de apreciação de uma ecologia multiespecífica.

Mas em que medida toda essa conversa dialoga com o tema da presença indígena em contextos urbanos? Na medida em que os povos originários foram – e seguem sendo – apartados do seu direito à memória, à ancestralidade e ao corpo-território, as paisagens urbanas deixaram de expressar seus modos de vida. Cresceu, e infelizmente ainda encontra eco no urbanismo e no planejamento urbano, um modelo de cidade pautado nos países do norte global, fazendo proliferar paisagens desvinculadas das culturas indígenas em suas infinitas manifestações. Por muitas décadas, a presença indígena na cidade foi considerada anedótica, folclórica, turística, na melhor das hipóteses, patrimonial. Entretanto, se considerarmos que as paisagens da renda (ROLNIK, 2019) também podem ser consideradas ruínas do Antropoceno (TSING, 2019), atentaremos à presença indígena a partir de outros sentidos.

Foi necessária muita inteligência dos povos indígenas no Brasil, e em toda Abya Yala, para que pudessem resistir à colonialidade que modulou as subjetividades vinculadas ao urbano eurocentrado, mantendo sua ancestralidade na oralidade e acionando-a nas brechas cotidianas possíveis das margens urbanas. Tal como os coletores de cogumelos *matsutake*, de Anna Tsing (2018) os povos originários também se adaptaram ao urbano periférico e suas lógicas perversas, fazendo do pouco ou do nada, matéria do habitar. Apesar da velocidade da produção urbana capitalística, e dos apagamentos sociais, culturais e ambientais por ela produzidos, é possível perceber a presença indígena em diversas cidades brasileiras, sobretudo nos processos de retomada dos seus territórios originários. Presença que desassossega a ordem colonial urbana, e perturba o regime do capital de alguma maneira ancestral e ao mesmo tempo inventiva. Esta perturbação reverbera nos estudos urbanos atuais como uma provocação para pensar cidade além do que já foi dito e feito, pensar um futuro repleto de um passado a ser re-contado, em um movimento de reapropriação coletiva da potência de vida, defendido por Antonio Negri, Michael Hardt e Suely Rolnik (2019) como produção de comum. É preciso pensar a paisagem urbana a partir da mais recente proposição de Ailton Krenak: o futuro é ancestral (2022).

De modo que é preciso abrir-nos a uma definição ampla das paisagens, convocada particularmente pela ideia do habitar e suas temporalidades entrelaçadas. É importante que desacomodemos os dualismos, dos quais a paisagem vem sendo refém desde seu entendimento enquanto conceito ou categoria analítica. Pensando a crítica proposta por Tim Ingold (2021), a paisagem não precisa estar presa a ideia de pano de fundo, em uma visão naturalista; nem tampouco ser apenas uma ordenação particular, cognitiva e simbólica do espaço em uma perspectiva culturalista; podemos pensá-la como registro duradouro e testemunho de vidas e dos trabalhos das gerações, como um habitar vinculado à distintas temporalidades. O autor entende a paisagem como corporeidade, relacionada a uma implicação processual. Para haver paisagem é preciso implicação, engajamento.

Para pensar as presenças indígenas em contextos urbanos, nos interessa, particularmente, o pensamento de Tim Ingold sobre a temporalidade da paisagem. O autor nos traz a noção de *taskscape*, como conjunto de tarefas e ocupações do habitar em seu entrelaçamento mútuo; se a paisagem é aquilo que se vê, a *taskscape* é aquilo que se ouve. A temporalidade da *taskscape* é essencialmente social e intrínseca à rede de interrelações entre os múltiplos ritmos de fazer mundo. “As pessoas prestam atenção umas às outras” (INGOLD, 2021, p. 128). A paisagem seria então a *taskscape* em sua forma corporificada, um padrão de afinidades colapsado em uma variedade de recursos. Há aqui, portanto, uma ênfase no processo e não no produto, para a qual o autor faz uma analogia com a pintura e o ato de pintar, contando-nos que nas sociedades ocidentais a pintura é vista como obra acabada, ou seja, o trabalho de pintar subordinado ao produto final. Entretanto, em algumas sociedades não ocidentais, como os indígenas Yolngu no norte da Austrália, a experiência da pintura acabada se limita a um olhar rápido e fugaz para as imagens, acionando sua qualidade performática: a importância não está na duração da imagem, mas no ato de contemplação que se dá ao produzi-la.

Na dimensão processual da paisagem é que reconhecemos a harmonização rítmica da atenção mútua entre seres vivos e não vivos. Ao reconhecermos que as formas da paisagem mudam em distintas escalas de tempo e de movimento, Ingold (2021) nos convoca a incluir tudo aquilo que aparentemente é inanimado. Estamos a falar dos ciclos planetários, geológicos, estacionais, que, ao não serem percebidos em movimento pelos sentidos humanos, podem aparentar apenas um pano de fundo para a paisagem. Um pano de fundo com o qual os seres humanos podem não ter responsabilidade. Uma ausência de responsabilidade que reverbera na maior crise climática e socioambiental já vivida pelo planeta desde a existência da humanidade. Portanto, pensar a temporalidade da paisagem nos remete aos seus aspectos éticos e políticos: convoca uma habilidade para responder - no sentido da *responsability* proposta por Donna Haraway - à paisagem enquanto emaranhado de ritmos vinculados às diversas escalas de tempo e de espaço.

É na defesa dessa responsabilidade que povos indígenas vem operando processos de retomada de seu território ancestral em contextos urbanos, reivindicando uma compreensão mais profunda da paisagem, que não opera somente como marca e matriz de percepção como propõe Berque (1998), mas sobretudo como habitar (INGOLD, 2021). Convocar essa compreensão na perspectiva dos povos originários pode ser uma chave importante para acionar processos de subjetivação que desestabilizam as modulações propostas pelo capital financeirizado, e nos apontam novas direções para a descolonização do saber/fazer urbano.

3. Indígenas em contextos urbanos: mapeio investigativo

A presente seção tem o objetivo irá apresentar estudos acerca da presença indígena em contextos urbanos buscando relacionar às dimensões de paisagem que emergem dessas pesquisas. Os estudos foram agrupados em relação à temporalidade dessas experiências, experiências fixadas no passado e vivências contemporâneas.

3.1 O passado nas urbanidades e caminhos dos povos originários

Em geral, as pesquisas nas áreas de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano que trabalham as territorialidades indígenas do passado tratam das experiências relacionadas ao povo Guarani. É possível que essa tendência esteja relacionada às reduções jesuíticas que ocorreram em Abya Yala, cujo processo de dominação, catequização e escravização se deu, majoritariamente, com a nação Guarani. O pressuposto que se tem para esses estudos do passado dos espaços urbanos estarem relacionados às experiências jesuítico-guarani é a de que essas territorialidades foram materializadas em pedra: seus vestígios históricos são inegáveis, imensas edificações e praças, construídas com referência nas igrejas européias, à mando da Coroa Espanhola e dos padres jesuítas, pelos Guarani. A história das cidades, e do modo ocidental de pensá-las, se baseia em matéria durável. Dessa forma, o período colonial e pré-colonial das urbanidades originárias consta em pesquisas acadêmicas por ser materialmente comprovável. Esses trabalhos têm enfoque no aspecto histórico-patrimonial dessas experiências jesuítico-guarani, e na presença indígena enquanto memória.

Em sua dissertação de mestrado, Custódio (2002) afirma que as missões jesuíticas teriam se configurado como uma utopia entre os séculos XVII e XVIII, experiência inovadora dentro do sistema de colonização de Abya Yala, que traçou regras de relações de convivência interculturais, e, especialmente, formas de defesa e sobrevivência frente ao regime colonial e seus bandeirantes que faziam incursões buscando indígenas para escravizar. Essa experiência teria gerado duas tipologias de urbanização nas missões jesuíticas, síntese entre as culturas dos povos originários e colonizadores europeus; seu principal expoente seria a redução de São Miguel Arcaño. A primeira forma de ocupação, referente à cidade colonial espanhola, identificada pelo traçado regular na forma de parcelamento do solo, malha reticulada bidimensional; e a segunda, de caráter tridimensional, criada no sistema reducional missionário, que se identificava por uma conjugação desse traçado urbano somado às tipologias edificatórias recorrentes. Essas edificações, repetidas, trariam ao espaço urbano um aspecto de homogeneidade, que seria explicada pelo sistema de gestão cooperativo da construção produzida mutirão².

A visão do autor acerca do processo de territorialização missionário impressiona pela facilidade que o pesquisador tem de criar empatia com os produtores da história oficial, talvez por ser uma pesquisa feita duas décadas atrás, momento no qual o debate decolonial ainda estava por emergir na área do planejamento urbano. Apesar de certa autonomia e dissenso dos padres jesuítas em relação à Coroa Espanhola, será que um povo caminhante como o Guarani teria produzido voluntariamente, em regime de ajuda mútua, enormes edificações de pedra em malha reticulada colonial, quando sua cultura tem por costume edificar casas de barro e palha, que com certa facilidade se desmancham e voltam para a natureza quando não mais utilizadas? A partir dos

debates contemporâneos que têm como premissa a escuta ativa dos sujeitos com os quais se pesquisa, podemos pensar nas missões jesuíticas como uma paisagem idealizada pelos colonizadores, na qual o povo Guarani participa possivelmente como único modo de resistir ao extermínio indígena provocado no continente naquele período. Se é que houve um pensamento utópico, esse pensamento certamente era produzido por mentes jesuíticas, pois parece contraditório que a nação Guarani tivesse sonhado com uma utopia colonial.

Outra pesquisa acerca da produção de espacialidades jesuíticas é a de Tamara Roman (2017), na qual analisa os espaços urbanos contemporâneos conformados pelos aldeamentos jesuíticos, especialmente em território brasileiro. Sua pesquisa defende que os espaços urbanos vinculados às aldeias e igrejas jesuíticas, especialmente as praças e adros, são tão protagonistas quanto as edificações. Para Roman, essas grandes praças jesuíticas se assemelham aos espaços centrais coletivos das aldeias Guarani; ela defende que houve uma apropriação cultural pelos jesuítas das formas de urbanização dos povos indígenas que aqui encontraram, de modo a tornar viável o processo de catequização. Assim como os espaços públicos teriam sido apropriados, o processo de expansão das missões jesuíticas teria seguido os caminhos dos povos originários, expandindo-se de acordo com a proximidade das aldeias. A autora salienta que, no período colonial, as cidades do território brasileiro não existiam em rede, visto que o comércio não se dava entre as cidades, e sim, de cada cidade com a Coroa Portuguesa, afirmando que a rede urbana brasileira é baseada na experiência e conhecimento indígena do território. Roman afirma que no processo de formação de nossas cidades, a praça como espaço de reunião foi essencial para criar uma analogia com a centralidade dos espaços coletivos nas aldeias indígenas (ROMAN, 2017).

Pensando as praças jesuíticas como resultantes de um processo de apropriação cultural dos espaços centrais coletivos das aldeias Guarani, a autora valoriza a importância desse espaço de roda na cultura indígena; entretanto é importante salientar que a praça central rodeada de edificações é também uma referência das cidades espanholas. Quando analisa o processo de formação da rede urbana brasileira contemporânea enquanto uma expansão dos caminhos indígenas pré-coloniais, Roman aciona pistas de um apagamento da presença indígena que ainda pode ser explorado em pesquisas. Se as paisagens urbanas fortemente inspiradas na arquitetura européia nasceram com as territorialidades indígenas, talvez tenhamos que acessar caminhantes indígenas e com eles recontar a história das cidades brasileiras, reafirmando as temporalidades entrelaçadas da paisagem conforme Ingold (2021).

Em relação aos caminhos Guarani, a pesquisa de Bernardes (2019) faz uma reconstituição histórica das transformações da Avenida da Consolação, em São Paulo, desde o século XVI até os anos 1970. Suas escritas trazem a informação de que a Avenida da Consolação é uma fração do Peabiru, importante estrada que ligava as comunidades Guarani na *Yvyrupa*, a terra sem fronteiras, desde Assunção, no Paraguai, até o Oceano Atlântico, o Paraguassu (grande mar), passando pelo centro de São Paulo. O Peabiru era percorrido caminhando; sua tradução aproximada seria “caminho da fartura de alimentos”; também os Guarani percorriam essa trilha para visitar seus parentes nas diversas aldeias que se distribuíam pelo território. Com a chegada dos colonizadores, o Peabiru serviu aos jesuítas para catequizar indígenas, e no caso dos bandeirantes, para saquear riquezas naturais e escravizar povos originários.

Apesar de trazer essa importante herança histórica da Avenida da Consolação e de tratá-la no título, na introdução e no início do primeiro capítulo, não traz mais informações sobre essa herança indígena ao longo do trabalho. A pesquisa dá visibilidade para o pioneirismo Guarani ao traçar uma rota peatonal que hoje é uma avenida de grande fluxo da maior megalópole de Abya Yala, porém não resgata esse pioneirismo nas conclusões da pesquisa. Entende-se que ao construir o Peabiru e mantê-lo durante o período de invasão de Abya Yala pelos europeus, os Guarani tiveram atuação fundamental para a criação do espaço urbano que hoje é a cidade de São Paulo. Com essa pista do caminho do Peabiru enquanto uma contribuição pré-colonial dos povos indígenas,

poderíamos acionar a Rua da Consolação como territorialidade indígena contemporânea, celebrando essa ancestralidade da paisagem em um presente repleto de passado e de futuro.

Um trabalho que analisa a permanência na contemporaneidade de cidades indígenas pré-coloniais é a dissertação de Villaroel (2008), que trata sobre a geometria do espaço urbano de Chipaya, pequena cidade de barro no altiplano andino boliviano. Ele busca compreender as formas de organização desse espaço cuja tipologia de moradias remonta ao período pré-incaico, tendo conservado características milenares. O método do trabalho se dá a partir da análise documental, isto porque o pesquisador não teve acesso à comunidade para realizar trabalho de campo, pois os indígenas têm evitado o acesso de pessoas externas ao território, tendo em vista os danos cometidos por turistas ao patrimônio arquitetônico e histórico. A partir da cosmovisão andina³, o espaço Chipaya seria a confluência de seus componentes: natural, o ecossistema; construído, as áreas de moradias e de produção; e espaço social, o mais importante nessa configuração. Os elementos edificados que representam a arquitetura de Chipaya são as moradias, em formato cônico; antigamente encontradas dispersas pelo território, hoje são agrupadas conformando o tecido urbano. Conclui que a estruturação do espaço central se relaciona ao *Taypi*, “conceito indígena que representa o centro, não como ponto geométrico, mas como símbolo ou referência, entendendo também como lugar de convivência, onde no passado se efetuavam reuniões de todo o povo” (p. 57), esse elemento, no centro de referência do esquema urbano, hoje é a igreja (VILLARROEL, 2008).

O estudo de Villaroel resgata a permanência de um território pré-incaico cujas casas são feitas de barro ao longo de mais de cinco séculos; é sabido que o barro é uma materialidade construtiva que necessita constante manutenção para que tenha durabilidade. Isso nos permite concluir que há uma forte conexão e identificação da comunidade que hoje vive em Chipaya em relação ao território produzido por seus ancestrais, visto que, além de terem permanecido no mesmo território, seguiram produzindo as mesmas formas de edificação, ou mantendo as casas existentes. Ao mesmo tempo em que relata a continuidade de formas originárias do habitar indígena, o pesquisador também salienta a presença de edificações ocidentais e coloniais, tendo como principal expoente a igreja, elemento central na configuração dessa cidade. A paisagem aqui faz emergir a noção de *tasksapes* (INGOLD, 2021), uma vez que entrelaça temporalmente um fazer que atravessa diferentes períodos e contextos, além da mestiçagem de culturas que se materializa na co-presença de edificações originárias e coloniais, acionando o enredamento de relações entre os múltiplos ritmos de fazer mundo.

Também em um trabalho vinculado ao patrimônio histórico e cultural, em uma perspectiva do apagamento da memória, Marjorie de Faria (2018) pesquisa sobre esquecimento na cidade de Caconde (SP). Inicia a pesquisa para resgatar as memórias da ocupação quilombola, e acaba por encontrar também o apagamento da presença indígena. A partir de cartografias, dá a ver que neste território, no século XVIII, havia uma grande comunidade de negros, mestiços, brancos pobres e indígenas. O trabalho tem como uma ferramenta de pesquisa as entrevistas com os mais velhos, guardiões do saber e da memória, que revelaram, para além da presença negra, a presença dos povos originários no território de Caconde. A presença negra se dá nos topônimos de origem banto; a presença indígena aparece, de forma tímida, nos relatos de anciãos. Principalmente, a presença indígena se dá a partir de inúmeros fragmentos arqueológicos que afloram no solo dos espaços rurais, encontrados e guardados pelas famílias em suas residências como tesouros. Para a autora, o esquecimento dessas presenças faz parte do processo de dominação e embranquecimento territorial, e também uma forma de negação de direitos que se faz no território da cidade; esse silenciamento e esquecimento seriam uma continuidade do processo colonial racista até a contemporaneidade. Contra o apagamento, a valorização do patrimônio cultural seria uma ferramenta para compreensão da relação de pertencimento da comunidade, e para analisar os sistemas de opressão que permeiam (FARIA, 2018).

A dissertação de Faria faz emergir, assim como os vestígios arqueológicos, a profundidade do esquecimento da história dos povos indígenas no Brasil. Certa de encontrar muita história quilombola na cidade de Caconde, encontra também o que para ela era inesperado: vestígios do apagamento da memória dos povos indígenas, e o faz a partir da escuta de uma ancestralidade que se afirma e reafirma na oralidade. Ao visibilizar camadas de apagamento - povos indígenas, quilombolas - a partir da escuta recordamos a urgência de Le Guin (2021) em narrar outras histórias, e oferecer uma perspectiva de futuro para a paisagem das nossas cidades repletas de um passado outro, que talvez possa operar transformações radicais nos modos de pensar e fazer cidade. Menos América, e mais Abya Ayala.

3.2 Urbanidades originárias contemporâneas: das retomadas à urbanização das florestas

Em relação às experiências indígenas urbanas contemporâneas, temos uma maior diversidade do que diz respeito às formas de territorialização, às etnias que se fazem presentes nos estudos - Guarani, Kaingang, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Pataxó e Yawanawá -, às diversas agências em interação nesses territórios, e aos métodos de pesquisa. As ferramentas de pesquisa perpassam desde a simples observação visual, a observação participante, até a pesquisa-ação com imersão na comunidade. Em geral, as pesquisas aderem às técnicas etnográficas, buscando produzir alteridade no contato com o outro. Percebe-se que quanto maior a interação entre comunidade e pesquisador a partir da construção de vínculos de confiança, mais sentido faz a pesquisa nos termos de uma descolonização do saber e do retorno efetivo da investigação para a comunidade. Sendo os pesquisadores arquitetos, algumas pactuações se dão na produção de desenhos, sejam mapeamentos para lutar pela demarcação de terras até projetos arquitetônicos para edificações na comunidade. Grande parte das pesquisas contemporâneas enfocam a necessidade de produzir legislações que garantam os direitos dos povos indígenas nas cidades contemporâneas, de forma a proteger e dar respaldo a suas vivências em meio urbano.

A pesquisadora Fernanda Cerqueira (2021) disserta sobre a invisibilização de territórios Guarani das comunidades de Morro dos Cavalos e Massiambu frente ao Plano Diretor do município de Palhoça (SC), que privilegia a incorporação imobiliária vinculada ao turismo de megaprojetos de luxo em áreas de interesse ambiental. As alterações da Lei Municipal nº4847/2020 do Plano Diretor trouxe muita insegurança para os Guarani diante das terras indígenas não demarcadas, causando a intensificação de invasões, degradação ambiental e discriminação étnico-racial em seu território. Cerqueira analisa a sobreposição de três instrumentos de planejamento e gestão: o Plano Diretor, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Conclui que ainda que haja instrumentos em distintas escalas – federal, municipal e comunitária –, há a falta de articulação entre esses instrumentos, dificultando o processo de participação e resultando na invisibilização de comunidades. A autora defende que se deve criar formas de planejamento que envolvam os territórios indígenas de forma integrada, a fim de proteger as comunidades originárias no contexto da vulnerabilidade territorial e da flexibilização da legislação ambiental no país.

Bastante atual, a pesquisa de Cerqueira traz discussões acerca da precarização da legislação que ampara os povos indígenas, que a partir do governo Jair Bolsonaro tem sido um padrão de retrocesso em todo país em relação aos direitos dos povos originários aos seus territórios. Nesta última gestão federal, nenhuma terra indígena foi demarcada, além de ter entregue a Floresta Amazônica aos domínios extrativistas e gananciosos do garimpo e do desmatamento desenfreado. Se, em 1987, Ailton Krenak impactou a população brasileira ao pintar seu rosto de negro jenipapo (SIQUEIRA, 2014) na Assembleia Constituinte, representando a articulação da União das Nações Indígenas (UNI) em um ato de coragem que emociona, pela aprovação dos artigos 231 e 232 na Constituição Brasileira, contemporaneamente, o que a população brasileira presencia é a completa destruição dos direitos dos povos originários, colocando-os novamente em uma situação de vulnerabilidade social e territorial. Nesta pesquisa fica evidente a importância de

uma revisão articulada dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, para a qual acionamos a urgência de uma atualização do sentido de paisagem, não como um objeto de planejamento, mas como um fenômeno que dá passagem à compreensões profundas sobre o habitar, e seu impacto para uma ética planetária e uma política da partilha.

Uma pesquisa que trata sobre essa presença dos povos originários em contato com a sociedade brasileira de pensamento embranquecido é a dissertação de Moema Parode (2018). A pesquisa trata da disputa entre a presença indígena corporificada em Florianópolis e a imagem de cidade turística que os órgãos públicos constroem para participar do mercado global de imagens urbanas competitivas, identificando políticas higienistas que buscam reduzir a expressividade dessa presença indígena, que se dá principalmente nas ruas do centro da cidade, a partir da venda de artesanato Kaingang e do *poraró* Guarani. A venda de artesanato nas cidades é atividade fundamental para a sobrevivência financeira dos povos indígenas brasileiros, sendo as cidades litorâneas um espaço de atratividade para estas trocas. No entanto, em Florianópolis, não há espaço que abrigue com dignidade essas famílias, por isso as comunidades indígenas reivindicam juridicamente as casas de passagem. Sem serviços e equipamentos para cuidado com a vida, os indígenas acabam pernoitando sob viadutos, como o Elevado Dias Velho, alugando casas em favelas com seus parentes, como no Morro da Caixa, ou mesmo acampando em equipamentos urbanos abandonados, como o Terminal de ônibus Integrado Saco dos Limões (TISAC), desativado há mais de uma década; a partir dessa vulnerabilidade, a autora defende a criação de legislação que ampare os povos indígenas nas cidades⁴. Outro ponto relevante acerca do trabalho de Parode é o contato entre os mundos - pensamentos ocidental e indígena - no trabalho de campo. Ela busca se aproximar de mulheres Guarani comprando artesanato, imaginando que nessa interação surgiria uma conversa que conduzisse aos seus questionamentos de pesquisa; para sua surpresa, isso não acontece, pois as mulheres indígenas não se mostram interessadas. Pela negativa das Guarani em relação a sua abordagem, a pesquisadora expressa que se sentiu em um lugar de exclusão, como os indivíduos indígenas invariavelmente se sentem no cotidiano da sociedade brasileira (PARODE, 2018).

É importante refletir sobre o que significa ser uma pesquisadora não indígena em contato e relação com povos indígenas, assumindo uma postura ética e política coerente com a descolonização do saber/fazer acadêmico. De acordo com Linda Smith (1999), indígena maori e pesquisadora, os métodos para trabalhar com pesquisas indígenas devem subverter o que entendemos como pesquisa acadêmica no mundo ocidental, levando em conta as reivindicações que vêm sendo construídas pelos movimentos sociais dos povos indígenas desde os anos 1960. No mundo indígena, a palavra “pesquisa” causa grande desconforto e sensações ruins, visto que a pesquisa caminhou de mãos dadas com todo o processo de colonização, e segue acompanhando o processo pós-colonial. A autora advoga pela ruptura dos regimes de autorização discursiva que dominam a academia, convocando um fazer pesquisa como espaço colaborativo entre interesses e formas de conhecimento dos povos indígenas e do ocidente, que opere reais transformações na colonialidade científica. Para Smith, não faz sentido discutir metodologia de pesquisa junto a povos originários sem produzir uma reflexão sobre o quanto o colonialismo está arraigado em nossas estruturas de produção de conhecimento, e o quanto ainda se atualiza em modos de pesquisar alheios aos sentidos de mundo construídos pelos povos originários.

No que diz respeito às pesquisas que contribuem com as necessidades dos povos originários, a dissertação de Campos (2019) pode ser tomada como referência. Sua pesquisa trata sobre a aldeia indígena Naô Xohã, uma retomada de território de 2017, em São Joaquim das Bicas, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), na qual inicialmente viviam indígenas das etnias Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó, principalmente. Campos tem como objetivo compreender como se dá a retomada na prática cotidiana, a produção espacial da retomada, as trajetórias socio-espaciais dos indígenas residentes nesse território, quem são os indígenas envolvidos nesse processo, suas organizações em grupo e suas identificações individuais. Como método, Campos se utiliza do

trabalho de campo, estabelecendo diálogos informais, fazendo entrevistas narrativas, e acompanhando o cotidiano dos agentes da retomada Naô Xohã. Além da escrita de viés etnográfico, Campos contribuiu produzindo mapas para auxiliar a demarcação de terras a partir da retomada. Em seu trabalho, Campos vai compreender as motivações da migração dos povos indígenas das florestas para as cidades: o maior acesso à renda, escolaridade e atendimento de saúde, além da falta de assistência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Muitos moradores da retomada migraram desde as Terras Indígenas (T.I.) Barra Velha e Coroa Vermelha, viveram certo tempo na capital Belo Horizonte, até reunirem-se para fundar a aldeia Naô Xohã, na RMBH. Descrevendo o processo de retomada, Campos disserta sobre as disputas entre etnias em relação à gestão da aldeia, construção das casas, e parcerias estabelecidas com atores externos à retomada. Os dissensos entre etnias produziram a permanência das famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe e a mudança dos demais povos. No início do processo de retomada, as residências foram construídas em processo de autoconstrução, sem apoio de órgãos oficiais; posteriormente conseguiram o apoio da ONG Teto para a construção de casas, porém a ONG, assistencialista, não permitia a participação da comunidade no processo de decisão para alocação dos recursos das edificações: a participação indígena só era bem-vinda no momento da construção das casas. Em 2019, a retomada foi atingida por um dos maiores crimes ambientais da contemporaneidade, o rompimento da Barragem de Brumadinho, afetando diretamente as famílias. Esse fato produziu interação entre a aldeia indígena e a Companhia Vale do Rio Doce, que passou a fornecer auxílio financeiro por tempo determinado, além de alimentos não perecíveis, ação que também causou problemas por conta da geração de resíduos das embalagens plásticas desses produtos alimentícios (CAMPOS, 2019).

A pesquisa de Campos nos possibilita refletir acerca das complexidades que estão imbricadas nas retomadas, sejam internos aos agentes protagonistas, havendo uma disputa de poder acerca das decisões, sejam relativos a agentes externos, como o processo assistencialista proposto pela ONG e o auxílio provisório à indenização realizado pela companhia mineradora Vale. A pesquisa nos traz um panorama sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas para habitar tanto em meio rural quanto na cidade, pois produz-se um impasse: na aldeia demarcada pela FUNAI, há a precariedade dos equipamentos de educação e saúde; no núcleo urbano torna-se difícil arcar com o custo de vida; e na retomada, surgem dissidências no agenciamento da luta coletiva, que às vezes enfraquecem o movimento. Ao recordar Anna Tsing, reconhecemos a produção de histórias abertas da paisagem indígena, nesse caso, na transição entre rural e urbana, no modo como as comunidades originárias tensionam, se adaptam, lutam e habitam brechas de um sistema de cercamentos pautados pela lógica da propriedade privada. Se a paisagem é um habitar existencial e multirelacional, a cartografia dessa resistência indígena seria um emaranhado de histórias que aciona, sobretudo, a noção de colonialidade do poder manifesto na esfera técnica e corporativa.

Em um trabalho que discorre sobre a presença indígena em São Paulo, Oliveira (2019) problematiza a questão dos direitos indígenas na menor T.I. demarcada do Brasil, localizada no Pico do Jaraguá. Com alta densidade habitacional, são 200 casas de pau a pique e cimento em um terreno de 1,7 mil hectares. A pesquisa tem como objetivo compreender histórica e socioculturalmente as disputas territoriais, materiais e simbólicas dos povos indígenas em contextos urbanos a partir da representatividade do território habitado pelos Guarani e da memória coletiva, e os movimentos de resistência para permanecer em suas terras. Como corpus de pesquisa, utiliza fontes documentais do Arquivo Público de São Paulo e da FUNAI, depoimentos dos moradores das aldeias das T.I. de São Paulo, além de depoimentos já publicizados. Ao afirmar a tendência legislativa brasileira em fragilizar a demarcação de terras e favorecer os grandes proprietários, conclui que a legislação é uma importante ferramenta de luta para os povos indígenas, historicamente à mercê dos cenários políticos. Na época da publicação do trabalho, o então recém eleito presidente Bolsonaro já havia delegado à Tereza Cristina, líder do Ministério da Agricultura e também da bancada ruralista na Câmara, a suposta tarefa de identificar e demarcar as terras indígenas, que era até então uma das principais tarefas da FUNAI. Na T.I.

Jaraguá existe uma grande pressão e disputa relacionada ao fato de a terra estar localizada em um grande centro urbano de alto valor imobiliário. Em 2017 houve nova tentativa de expulsão dos Guarani dessa terra; foi expedido um mandado de segurança que alegava a incongruência da sobreposição entre a T.I. e o Parque Estadual do Jaraguá, área de preservação ambiental. A partir dessa visão governamental, a presença Guarani enfraqueceria a proteção do território, não sendo espaço ideal para as vivências indígenas. O autor entende que o avanço do processo de urbanização sobre a comunidade, sem a devida regularização da área, provocou uma situação de grande vulnerabilidade, e vê o processo de regularização como uma forma de reverter essa situação de vulnerabilidade (OLIVEIRA, 2019).

A disputa das terras urbanas entre indígenas e o mercado imobiliário é explícita na situação da T.I. Jaraguá. Se em 2017 foi expedido o mandado judicial que defendia que a presença indígena em uma área de preservação ambiental seria conflitante, em 2020 assistimos à construtora Tenda invadir o Pico do Jaraguá, em terreno nas imediações da T.I., e desmatar a Floresta de Mata Atlântica que resistem sob proteção dos Guarani, derrubando mais de 4 mil árvores (CIMI, 2020). O objetivo da construtora era construir cinco torres com 396 apartamentos destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esse conflito evidencia o jogo de poder no qual age a especulação imobiliária com a conivência do governo do Estado, provoca uma disputa entre dois grupos vulnerabilizados - a comunidade Guarani protetora da mata, e os possíveis beneficiários do PMCMV em busca de um imóvel bem localizado em termos de habitação, equipamentos e serviços urbanos. Pensando a paisagem enquanto corporificação de atividades interrelacionadas em um tempo social, o que vemos aqui é uma sequência de rupturas que tornam sensível e precária a coesão entre os distintos grupos, além de fragilizar sua relação com os vestígios da natureza em franca destruição.

Em uma perspectiva quase reversa, na qual a urbanidade alcança a aldeia na Amazônia Profunda, a tese de Maria Pérez (2018) trata sobre a urbanização extensiva na T.I. Rio Gregório, formada por sete aldeias, localizada no Acre. Seu trabalho discorre sobre os impactos de uma urbanização planetária altamente instrumentalizada por aparatos tecnológicos que adentra inclusive territórios da floresta bastante distantes das cidades. A pesquisa se dá especialmente em escala microssocial, na qual a autora penetra o universo do povo Yawanawá em uma pesquisa-ação. Pérez demarca em três temporalidades as “rodadas de urbanização extensiva”, processos pelos quais passou a T.I. Rio Gregório e que produziram o contato do povo Yawanawá com os brancos e com o sistema capitalista vigente promotor da urbanização planetária: o ciclo da borracha; a demarcação da T.I. nos anos 1980; e a parceria com Avena, empresa estrangeira multinacional que produz cosméticos para a qual a comunidade planta e vende urucum. Contemporaneamente, além da parceria com a Avena, o etnoturismo é outra fonte de renda e de contato com o mundo dos brancos. Pérez conclui que as aldeias mais antigas, que têm relações mais consolidadas e de proximidade com o mundo urbano, têm maior grau de permeabilidade à urbanização planetária, ainda que estejam mais distantes fisicamente que as aldeias mais novas. Em relação ao espaço social, este não está condicionado ao simples resgate da tradição, de forma que a comunidade produz adaptações culturais; sua cultura não é estática, a cultura é viva e pode se transformar. A configuração da T.I. enquanto um espaço da urbanização extensiva compreende o surgimento de novas paisagens urbanas dentro da Floresta Amazônica (PÉREZ, 2018).

Nesse caso, não são os povos indígenas que se deslocam aos espaços urbanos, e sim os aparatos de urbanidade que adentram as aldeias nas florestas, produzindo dinâmicas capitalistas nesses territórios a partir de uma estrutura geopolítica que financeiriza a terra. Nessa perspectiva, o povo Yawanawá adentrou o ciclo do capital e da mercadoria, utilizando-se disso como estratégia para se fortalecer coletivamente e resgatar sua cultura ancestral, que estava se perdendo. Ao mesmo tempo, ao promoverem o etnoturismo, convidando os não indígenas para participar de rituais espirituais, agregam grupos de apoiadores que vêm de todo o mundo para participar de vivências na aldeia. Mais do que uma atividade que traz retorno financeiro, essas atividades são educativas

e promovem a quebra de estereótipos produzidos pelo mundo ocidental. A partir da proximidade, da convivência e da integração, se aciona a reinvenção de um mundo ao revés, onde ao invés de os indígenas serem coagidos a se adaptarem ao mundo dos brancos, os brancos são convidados a experimentar o mundo indígena. É na ampliação dos encontros entre mundo ocidental e indígena, que talvez a paisagem assuma sua condição de devir entre passado, presente e futuro, rasurando limites impostos pela lógica capitalística que se apropriou da potência de vida com as suas alternativas infernais de urbanização.

Esse choque ou interação entre perspectivas é bastante discutido na tese “Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica”, de Cançado (2019), na qual o autor faz uma análise acerca do encontro entre a cidade e a floresta, propondo a escuta ativa das visões de mundo dos povos originários a partir do cinema indígena, buscando compreender como esses povos veem o mundo dos brancos. Para o autor, a cidade seria esse espaço que impermeabiliza todo o solo e todo pensamento, solidificando e sufocando as dissidências, criando uma linha invisível, o perímetro urbano, que exclui, segrega e distingue os morros, as favelas, as periferias, as roças e as florestas como não-cidade. Ao mesmo tempo, Cançado afirma que as cidades são os lugares onde surgem questões e proposições capazes de transformar o futuro, como os estados plurinacionais, o bem viver, e o cinema indígena, que ele entende como uma máquina cosmológica. O intuito do pesquisador, mais do que criticar e denunciar os moldes ocidentais nos quais estão enquadrados as cidades, é perceber o “potencial de floresta que sub-existe em cada cidade” (p. 28). Propõe produzir uma antropologia reversa dos projetos de mundo - elaborados e executados principalmente por arquitetos, urbanistas e designers -, utilizando como instrumento os cinemas indígenas, campo fértil de pensamento sobre o mundo contemporâneo, que expõe as práticas e pensamentos dos povos originários em relação a seus cotidianos e cosmologias, ao mesmo tempo que produz imagens dos humanos urbanos ocidentais que reproduzem as formas de viver e construir as cidades, o que inclui a nós, profissionais desses planejamentos da devastação do mundo (CANÇADO, 2019).

A ideia de que há uma floresta sob as cidades a ponto de brotar é ao mesmo tempo transgressora e um convite a tomar coragem de produzir o futuro ancestral descrito por Ailton Krenak. Por muito tempo o pensamento ocidental produziu e consolidou a ideia de tempo como uma flecha que se move de forma retilínea e constante em direção a um implacável futuro do progresso. Esse mesmo pensamento criou a ideia de uma natureza apartada dos humanos, um estágio inicial e primário de nosso planeta, que teria simplesmente surgido para usufruto humano e do qual tudo poderia ser extraído para benefício do ser humano; nessa perspectiva, as florestas seriam esse ambiente primitivo e selvagem que precisaria ser civilizado, cimentado e homogeneizado, gerando riquezas e conforto. O mundo ocidental precisou produzir pesquisas acadêmicas para compreender que as florestas de fato não brotaram “do nada”, mas são fruto do trabalho de plantio de diversas espécies, especialmente a espécie humana. As florestas resultam, sim, do incansável e produtivo trabalho dos povos indígenas ao longo de milhares de anos. Se pensarmos a paisagem nas lentes da ecologia multiespécies proposta por Anna Tsing (2018), talvez seja possível convocar novas humanidades, dispostas a constituir mundos que deem passagem à novas subjetividades. Desse modo, deve-se fazer frente ao processo devastador do povo da mercadoria (KOPENAWA, 2015), que elimina a partilha dos recursos e da própria vida em nome do capital, transformando as cidades em lugares cada vez menos habitáveis.

4. Investigar para implicar-se

Com a pretensão de ampliar ainda o debate acerca das paisagens urbanas originárias em devir, podemos, por hora, tecer certo panorama acerca das discussões que se implicam nesse devir paisagem no campo do planejamento urbano. Em um primeiro momento, no que diz respeito à produção de paisagens indígenas fixadas na temporalidade do passado, identifica-se a elaboração de uma paisagem urbana missionária idealizada pelos colonizadores, romantizando a participação

dos povos originários na produção dessa paisagem colonial. Ainda, acerca da paisagem produzida a partir da experiência das Missões Jesuíticas, é possível colecionar mais pistas que indicam a invisibilização da agência indígena, dessa vez a partir de um pioneirismo na estruturação da rede urbana brasileira, visto que suas trilhas serviram de base para a abertura e ampliação dos caminhos e estradas que conectam as cidades de todo o território nacional. Aqui é possível compreender a paisagem enquanto apagamento da história contada pelos povos indígenas, reforçando a premissa de Le Guin (2021), que reivindica a importância de recontar essas histórias de vida deliberadamente inviabilizadas pela lógica patriarcal.

Uma forma de recontar a história da abertura desses caminhos originários seria a partir da identificação e valorização da Avenida da Consolação, em São Paulo, como uma porção do Peabiru, não localizando essa história no passado, mas atribuindo todas as temporalidades que fazem parte dessa história: passado, presente, e futuro. Reconhecendo o valor e a presença indígena nesse território enquanto uma chave para a produção de um futuro que perpassa as ações de valorização que podem ser tomadas no presente, a fim de resgatar sua ancestralidade, como nos ensina Krenak (2022). Ainda falando sobre apagamento, a partir do resgate das memórias indígenas ancestrais na cidade de Caconde, apreendemos que o método para conhecer essas memórias está estreitamente vinculado com a forma de transmissão de saberes dos povos originários: escutar as histórias dos mais velhos é outra ferramenta para buscar essa paisagem, tida como passado, que na verdade está ainda em processo, em devir.

Pode-se pensar em ampliar o pensamento acerca das paisagens urbanas que mais explicitamente perduraram - comprovadamente a partir da presença de suas edificações e materialidade -, desde o período pré-colonial até os dias de hoje, como é o caso da cidade de Chipaya. Ao acionar o conceito de *taskscape* a partir do pensamento de Ingold (2021), a partir de outros sentidos, ritmos e esferas que não apenas o visual. A paisagem ancestral de Chipaya se faz presente, sim, nas edificações que perduram ao longo do tempo, mas também, possivelmente, no aroma do milho assado na fogueira ou no forno, nas práticas culturais cotidianas que se preservaram e também naquelas que estrategicamente se transformaram para preservar a cultura originária.

Em grandes centros urbanos, o que vemos operando são as lógicas da paisagem do capital global, de acordo com Rohnik (2019), e que se coloca também como ideal de vida e guia de práticas que priorizam a exploração da terra, dos recursos naturais e da força de vida, como na T.I. Jaraguá, território no qual a comunidade Guarani precisa proteger-se coletivamente e à floresta em relação ao poder de destruição gerado pela especulação imobiliária e pela cidade colonialista que aparta e segrega. Ao mesmo tempo, como tática de vivência e sobrevivência, os povos originários enfrentam essas lógicas, abrindo brechas (TSING, 2018) em um sistema social de cerceamento físico, social e cultural, produzindo paisagens contestadoras a partir de retomadas de terras, como nos processos de territorialização da aldeia Naô Xohã. Outras formas de desafiar a lógica colonial dominante que se expressa na paisagem é pelas práticas que acontecem no encontro entre o mundo indígena e o mundo ocidental, no qual a paisagem se dá como um devir entre tempos, como nas vivências produzidas pelo povo Yawanawá na T.I. do Rio Gregório nas quais demonstram, apesar do trauma colonial, sua disposição em recriar mundos no contato educativo com os brancos a partir da produção de paisagens habitadas que incorporam o imenso poder de brotar e se reconstruir do devir floresta que habita todas as cidades de Abya Yala.

5. Notas

1 Utilizamos o nome Abya Yala para referirmo-nos ao continente conhecido como América desde a invasão colonial. Abya Yala é designação dada pelo povo Kuna da região ao norte da Colômbia, e significa "Terra Madura"; é importante reconhecer que os diversos povos originários de nosso continente dão a ele nomes distintos.

- 2 Na pesquisa a ideia de mutirão faz referência ao *butiró* Guarani, tradição de trabalhar em sistema de ajuda mútua.
- 3 Compreensão de que o universo é uma totalidade, que nada está solto e que todos os seus componentes se relacionam uns aos outros.
- 4 Para maior detalhamento acerca da legislação relacionada aos povos originários no Brasil, ver Capítulo 1 (PARODE, 2018).

6. Referências

- BERNARDES, Artur. **Rua da Consolação: caminho indígena; rua; artéria urbana (1554-1972)**. 2019. 277f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.
- BERQUE, Augustin. **Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural**. A: Correa, R.L., Rosendahl, Z. (eds.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.
- BERQUE, Augustin. **El pensamiento paisajero**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.
- CAMPOS, Thiago. **Retomar a terra: como ser indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2019. 120f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- CANÇADO, Wellington. **Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica**. 2019. 348f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- CERQUEIRA, Fernanda. **A invisibilização das comunidades indígenas no Plano Diretor do município de Palhoça (SC): o território Guarani e a macrozona turística**. 2021. 112f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - Equipe Regional Sul, 2020. **Construtora avança sobre área tradicional Guarani Mbya na TI Jaraguá e derruba 4 mil árvores**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/01/construtora-avanca-sobre-area-tradicional-guarani-mbya-na-ti-jaragua-e-derruba-4-mil-arvores/>. Acesso em 22/12/2022.
- CUSTÓDIO, Luiz. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira**. 2002. 199f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FARIA, Marjorie. **Os Silenciados Quilombolas e Indígenas na Formação de Caconde: território como testemunha do esquecimento**. 2018. 215f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 2009.

INGOLD, Tim. **A temporalidade da paisagem**. In: BESSA, Altamiro S. M. A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem. Belo Horizonte : Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

SIQUEIRA, Rodrigo. **Índio Cidadão**. Youtube, 2014. Acesso em 22/12/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>

LE GUIN, U. K. **A teoria da bolsa da ficção**. São Paulo: n-1 edições: 2021.

OLIVEIRA, Robson. **Território e Conflito**: comunidade indígena do Pico do Jaraguá-SP. 2019. 137f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2019.

PARODE, Moema. **Cultura Entrelaçada na Cidade**: entre a (re)existência, o reconhecimento, e a legitimidade da presença indígena em Florianópolis. 2018. 142f. Dissertação de mestrado. PósARQ da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018

PELBART, Peter Pal. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PÉREZ, Maria. **Tudo o que era ar se desmancha no capital**: formas de urbanização extensiva na Terra Indígena Rio Gregório do Estado do Acre. 2018. 304f. Tese de doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SMITH, Linda. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018 [1999]. 239p. Título original: Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ROMAN, Tamara. **Espaço, memória e permanência na cidade contemporânea**: o adro jesuítico. 2017. 300f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: Ed. IEB Mil folhas, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos)**. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 366-382, Jul-Dez. 2018.

VILLAROEL, Julio. **Espaço Andino**: Chipaya, uma lógica ancestral de conformação de espaço. 2008. 65f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.